

Quarta-Feira, 22 de Abril de 2026

PL da Dosimetria pode reduzir pena de Bolsonaro; entenda

Relator do projeto deve finalizar o texto que alivia as penas na próxima segunda-feira (29)

A **condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos de prisão** por articular um golpe de Estado pode ser significativamente reduzida. Dependendo do desfecho das negociações em torno do Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, em discussão na Câmara dos Deputados, **a pena pode cair para até 16 anos**, segundo informações da colunista Malu Gaspar, do jornal *O Globo*.

O relator da proposta, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-PS), deve concluir o texto na próxima segunda-feira (29).

O que é a PL da Dosimetria?

O projeto busca rever as [punições aplicadas aos envolvidos nos atos golpistas](#) que culminaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

Entre os pontos discutidos, está a possibilidade de reduzir as penas previstas para os crimes de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, além de propor que um crime absorva o outro — o que impediria condenações acumuladas pelo mesmo ato.

Atualmente, **a lei sancionada por Bolsonaro em 2021 prevê de quatro a 12 anos de prisão para golpe de Estado e de quatro a oito anos para tentativa de abolir o Estado democrático de direito**. A proposta em análise reduziria essas penas para dois a oito anos e dois a seis anos, respectivamente.

O que é dosimetria?

Em seu sentido geral, [dosimetria se refere à medição de determinada grandeza](#). Aplicada no contexto da Justiça, é o ato de definir as penas a serem aplicadas a cada réu condenado.

Se PL for aprovada, Bolsonaro deixaria prisão quando?

Se aceita a mudança, aliados do ex-presidente calculam que, com a progressão de pena por bom comportamento, **Bolsonaro poderia deixar a prisão em dois anos e oito meses — ou até antes, dependendo do texto final**.

“Estou trabalhando para pacificar o País, não poderia deixar essa guerra que está hoje, essa confusão entre o Senado e a Câmara. Acho que se não tiver esse entendimento com o Senado, a Câmara não vota”, afirmou Paulinho da Força nessa quarta (24).

O deputado tem reunião marcada com o presidente da Câmara, Hugo Motta (PP-PB), e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para alinhar a proposta.

diarionordeste.com